

Avaliação do uso da contracepção de emergência em bairros da periferia do estado de São Paulo

Evaluation of the use of emergency contraception in neighborhoods on the outskirts of the state of São Paulo

Evaluación del uso de anticoncepción de emergencia en barrios de la periferia del estado de São Paulo

Recebido: 27/10/2021 | Revisado: 05/11/2021 | Aceito: 10/11/2021 | Publicado: 17/11/2021

Carolina Andrade Pereira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2890-7002>
Universidade Anhembi Morumbi, Brazil
E-mail: carolandradde2016@hotmail.com

Eduarda Santana Bispo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3786-3331>
Universidade Anhembi Morumbi, Brazil
E-mail: adud.santana@gmail.com

Giovanna Nishimura Xavier

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0783-6049>
Universidade Anhembi Morumbi, Brazil
E-mail: giovanna.nishimura@gmail.com

Adriana Barrinha Fernandes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2965-1299>
Universidade Anhembi Morumbi, Brazil
E-mail: abmoretti@anhembi

Resumo

O contraceptivo de emergência foi desenvolvido para uso emergencial de modo a evitar gravidez, seu mecanismo de ação impede a fecundação, não tem efeito abortivo e seu uso inadequado pode provocar riscos à saúde. Com ênfase na população da periferia de São Paulo pertencente aos bairros Cohab Raposo Tavares e Vila Éliada, a pesquisa de campo investigou o conhecimento sobre o método, com a participação de 26 voluntários de faixa etária entre 19 – 47 anos, homens e mulheres, no momento da dispensação. O maior motivo de uso do método apontado foi a relação sexual desprotegida, com 88,8% das mulheres e 87,5% dos homens. A incidência de uso se mostrou maior que os estudos comparados, de três vezes ou mais após o início da prática sexual. Observou-se que o meio mais procurado para indicação do método foi a orientação farmacêutica (33,3% das mulheres e 75% dos homens). O conhecimento sobre a pílula do dia seguinte entre os voluntários é discrepante e escasso. A maioria das entrevistadas não reportaram reações adversas significativas, contudo o sintoma predominante foi o enjoo (42,85%). As consultas ao ginecologista são importantes para o planejamento familiar e escolha do método contraceptivos, 61% das mulheres informaram realizar consulta frequentemente, enquanto 28% justificam não realizar por: falta de tempo, vergonha, dificuldade de agendamento devido à pandemia, de acesso à saúde e desinteresse. A presença do farmacêutico na promoção do uso adequado em conjunto com a educação sexual básica é imprescindível para disseminação da informação correta.

Palavras-chave: Anticoncepcionais pós-coito; Áreas de pobreza; Educação sexual; Prática farmacêutica baseada em evidências; Anticoncepção.

Abstract

The emergency contraceptive was developed for emergency use in order to avoid pregnancy, its mechanism of action prevents fertilization, has no abortive effect and its improper use can cause health risks. With emphasis on the population of the periphery of São Paulo belonging to the neighborhoods Cohab Raposo Tavares and Vila Éliada, the field research investigated the knowledge about the method, with the participation of 26 volunteers aged between 19–47 years, men's and women's, at the time of dispensation. The main reason for using the method was unprotected sexual intercourse, with 88.8% of the women and 87.5% of the men. The incidence of use was higher than the compared studies, three times or more after initiating sexual intercourse. It was observed that the most sought means for indicating the method was pharmaceutical orientation (33.3% of women and 75% of men). Knowledge about the morning-after pill among the volunteers is discrepant and scarce. Most of the interviewees reported no significant adverse reactions, however the predominant symptom was nausea (42.85%). Appointments with a gynecologist are important for family planning and for choosing a contraceptive method. 61% of the women informed that they often

go to the doctor, while 28% justify not going to the doctor due to lack of time, shame, difficulty in scheduling due to the pandemic, lack of access to health care, and lack of interest. The presence of the pharmacist in promoting the proper use together with basic sex education are essential for the dissemination of correct information.

Keywords: Contraceptives, postcoital; Poverty areas; Sex education; Evidence-based pharmacy practice; Contraception.

Resumen

El anticonceptivo de emergencia fue desarrollado para su uso de urgencia con el fin de evitar el embarazo, su mecanismo de acción impide la fecundación, no tiene efecto abortivo y su uso inadecuado puede provocar riesgos para la salud. Con énfasis en la población de la periferia de São Paulo perteneciente a los barrios Cohab Raposo Tavares y Vila Élidea, la investigación de campo indagó el conocimiento sobre el método, con la participación de 26 voluntarios de entre 19 y 47 años, hombres y mujeres, en el momento de la dispensación. El principal motivo para utilizar el método indicado fueron las relaciones sexuales sin protección, con un 88,8% de las mujeres y un 87,5% de los hombres. La incidencia de uso fue mayor que en los estudios comparados, tres veces o más después del inicio de la práctica sexual. Se observó que el medio más buscado para indicar el método era la orientación farmacéutica (33,3% de las mujeres y 75% de los hombres). Los conocimientos sobre la pastilla del día después entre los voluntarios son discretos y escasos. La mayoría de los encuestados no informaron de reacciones adversas significativas, sin embargo, el síntoma predominante fueron las náuseas (42,85%). Las citas con el ginecólogo son importantes para la planificación familiar y la elección del método anticonceptivo, el 61% de las mujeres declararon consultar con frecuencia, mientras que el 28% justificaron no hacerlo por: falta de tiempo, vergüenza, dificultad para programar debido a la pandemia, acceso a la salud y falta de interés. La presencia del farmacéutico en la promoción del uso adecuado junto con la educación sexual básica son esenciales para la difusión de la información correcta.

Palabras clave: Anticonceptivos poscoito; Áreas de pobreza; Educación sexual; Práctica farmacéutica basada en la evidencia; Anticoncepción.

1. Introdução

Com o avanço da indústria farmacêutica e a luta pelos direitos das mulheres, diversos métodos de proteção eficazes foram desenvolvidos para evitar a gravidez na mulher, de curto e longo prazo como, por exemplo, o anticoncepcional oral, lançado no início da década de 1960 de grande importância significativa à população feminina. Dessa forma, também se originou a contracepção de emergência (CE), conhecida popularmente como pílula do dia seguinte, que chegou ao mercado brasileiro apenas na década de 1990, aplicada somente para situações excepcionais, como quando há o esquecimento e falha do uso do anticoncepcional convencional, rompimento do preservativo de barreira na hora da relação como orienta o Ministério da Saúde através do Planejamento Familiar desde 1996 ou em casos mais graves, como o de violência sexual, com aprovação de uso apenas em 1998. (Figueiredo, Borges & Paula, 2016).

O mecanismo de ação da CE varia de acordo com a fase do ciclo menstrual em que a mulher se encontra durante o uso. Quando é realizada na primeira fase (pré-ovulatória) causa alteração no crescimento dos folículos impedindo ou retardando a fase de ovulação. Se administrado na segunda fase (pós ovulação) a alteração ocorre nos espermatozoides, dificultando a sua movimentação e no muco cervical modificando a sua viscosidade. (Brito, 2020) Os dois modos impedem consequentemente o encontro do óvulo com o espermatozoide, ou seja, a fecundação. Caso a fecundação já seja consumada o medicamento não é mais eficaz, pois os gametas feminino e masculino (óvulo e espermatozoide) já se uniram para formar o embrião, por este motivo não tem relação com efeito abortivo, não apresentando ação no endométrio. (Brasil, 2006).

A pílula deve ser ingerida em até 72 horas após a relação sexual, entretanto o mais recomendado é que a utilização seja concretizada no menor tempo possível para maiores efeitos e podem ser classificadas como parte do método *Yuzpe* ou do método *Levonorgestrel*. O método *Yuzpe* envolve uma combinação de hormônios utilizados em anticoncepcionais orais de rotina com dosagens apropriadas para administração em dose única ou dividida em duas administrações com o intervalo de 12 horas entre elas. A combinação mais utilizada é composta pelos hormônios *etinilestradiol* (0,2 mg) e *Levonorgestrel* (1 mg). Já o método *Levonorgestrel*, utiliza somente este hormônio isoladamente, para administração disponível também em dose única (comprimido de 1,5 mg) ou fracionada (dois comprimidos de 0,75 mg). (Matsuoka & Giotto, 2019).

Apesar do desenvolvimento voltado para casos emergenciais, como sugere o nome, ainda é muito utilizada inadequadamente e exagerada pela população, muito procurada atualmente por diversos fatores, incluindo a facilidade de acesso, mas com pouca informação dissipada sobre o seu uso adequado, o que pode acarretar diversos riscos à saúde. (Lacerda et al., 2019). Segundo Olsen (2018) sobre as práticas contraceptivas em jovens mulheres de 15 a 19 anos, revelou que nas relações heteroafetivas a procura pela CE transpõe o não uso dos métodos de barreira (30,4%), incluindo não confiar em outro método contraceptivo de uso atual (16,6%); ocorrência de coito em um momento inesperado ou sem preparo prévio (16,3%); rompimento do preservativo e quando o mesmo fica preso no canal vaginal (16%).

O uso de forma irracional, de maneira frequente, além de aumentar as oportunidades de ocorrência das reações adversas já conhecidas, e diminuição da eficácia da contracepção de emergência, também pode levar a riscos mais graves a saúde, como, por exemplo, o risco de formação de coágulos sanguíneos, condição conhecida como trombose, que pode ocorrer segundo os níveis de estrogênios contidos no contraceptivo. De acordo com estudos científicos, sabe-se que o estrógeno aumenta a estimulação dos fatores coagulantes que desencadeiam uma série de atividades na cascata de coagulação para final conversão do fibrinogênio em fibrina e formação do aglomerado plaquetário, portanto quanto maiores os níveis de estrógeno presente, maior será o risco relacionado. (Oliveira, 2018).

Em pesquisa produzida por Silva e Fusco (2013) em uma comunidade do litoral de São Paulo, revelou que 70% das mulheres participantes já recorreram a contraceptivos de emergência em algum momento de suas vidas, demonstrando a alta incidência pela procura do método e que os jovens residentes no local com idade entre 15 até 24 anos encontravam-se em condições de vulnerabilidade social, pouco assistidos por assistência médica. Dessa forma, também descreve Acácio et al. (2018) e destaca no seu estudo a importância de estratégias de atenção voltadas à população periférica, que sofre situação de carência ao acesso à saúde e por esse motivo se apropriam da automedicação com pouco conhecimento do produto adquirido. De modo a analisar e discutir aprofundadamente o conhecimento da população periférica com relação ao contraceptivo de emergência, este artigo inclui uma avaliação do uso e aquisição do método entre bairros da periferia do estado de São Paulo, proporcionando verificar o impacto da atenção farmacêutica no planejamento familiar e saúde sexual das usuárias.

2. Metodologia

2.1 Tipo de estudo

O presente estudo foi realizado a partir de uma pesquisa de campo que considerou as seguintes hipóteses: As mulheres que usam a pílula de emergência usam racionalmente? Qual a frequência de dispensação em drogarias? Houve efeitos adversos após o uso? Das quais originaram a construção de um questionário respondido por cada voluntário, necessário para o desenvolvimento de uma análise aprofundada sobre o uso inadequado e aquisição da contracepção de emergência.

2.2 Local de coleta dos dados

A pesquisa de campo foi realizada em duas drogarias localizadas nos diferentes bairros da periferia do estado de São Paulo, sendo eles Cohab Raposo Tavares pertencente a região Oeste e Vila Élide pertencente a região Sudeste.

2.3 Participantes

A abordagem contou com a participação de 26 (vinte e seis) voluntários, sendo estes homens e mulheres, que adquiriram a contracepção de emergência nas drogarias periféricas relacionadas. Como critério de inclusão houve a necessidade do preenchimento do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) assinado pelos voluntários maiores de 18 anos, atestando a confidencialidade dos dados informados e o aceite de participação.

2.4 Técnica de coleta dos dados

A coleta de dados ocorreu durante a comercialização e dispensação da pílula sob a supervisão do farmacêutico responsável, foi realizada por estudantes de graduação do curso de farmácia da Universidade Anhembi Morumbi e perdurou entre os meses de julho e agosto de 2021. Após o preenchimento do TCLE, cada voluntário respondeu um questionário separado por homens e mulheres de modo a identificar dados pessoais básicos, frequência de uso, conhecimento prévio do produto e seus eventuais riscos. Ao final, foram orientados pelas pesquisadoras sobre o uso racional da contracepção de emergência, utilizando um folheto informativo com dados do modo de uso, tipos, principais dúvidas relacionadas, reações adversas, contra indicações, importância das consultas médicas e breve explicação sobre os demais métodos contraceptivos, do qual o voluntário pôde levar consigo. Todas as dúvidas dos voluntários sobre o estudo foram esclarecidas, informado contato para demais detalhes e feito agradecimento antes do encerramento.

2.5 Técnica de análise dos dados

Após a coleta de dados, estes foram tabulados em planilha no sistema Microsoft Excel® previamente avaliados considerando os critérios estipulados para digitalização e em seguida, classificados por filtros conforme os assuntos abordados na discussão deste artigo. A análise quantitativa se desenvolveu através da contagem pelo sistema e a qualitativa através da leitura e interpretação dos dados descritos pelas pesquisadoras, conforme a técnica de Análise de Conteúdo. A partir do caráter subjetivo de descrições, ideias e experiências individuais dos voluntários que quando compilados foram reunidos em figuras e tabelas, construídos no software Google Sheets® para melhor visualização.

2.6 Apreciação ética

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Anhembi Morumbi em 16/06/2021 com parecer nº 4.776.805 (CAAE: 47249221.3.0000.5492), que permitiu a utilização do documento TCLE para recolhimento de assinatura dos voluntários e demais dados também presentes nos dois questionários apresentados ao Conselho e dessa forma como orientado, utilizados apenas para a pesquisa vigente conforme a eticidade prevista na Resolução 466/12 do Ministério da Saúde (Brasil, 2012).

3. Resultados e Discussão

3.1 Perfil de voluntários

No presente estudo foi possível avaliar o conhecimento da população sobre a CE, obtendo-se informações importantes e cruciais para o detalhamento sobre o autocuidado com a saúde e a consciência sobre o uso desse método contraceptivo.

Tabela 1 — Distribuição das características dos voluntários entrevistados que adquiriram a CE nos bairros de periferia em São Paulo.

Características dos voluntários	Feminino	Porcentagem
Número (n=26)	18	69%
Média de idade em anos (\pm desvio padrão)	28 (\pm 8)	—
Escolaridade	Ensino médio completo	83,3%
	Ensino superior completo	5,6%
	Ensino superior incompleto	11,1%
Estado civil	Solteira	55,6%
	Casada	38,8%
	Divorciada	5,6%

Características dos voluntários	Masculino	Porcentagem
Número (n=26)	8	31%
Média de idade em anos (\pm desvio padrão)	31 (\pm 6,7)	—
Escolaridade	Ensino fundamental completo	12,5%
	Ensino médio completo	25%
	Ensino médio incompleto	25%
	Ensino superior completo	25%
	Ensino superior incompleto	12,5%
Estado civil	Solteiro	75%
	Casado	25%
	Divorciado	0%

Fonte: Autores (2021).

Conforme os dados apresentados na Tabela 1, participaram deste estudo 26 (vinte e seis) voluntários entre homens (n=8) e mulheres (n=18) que adquiriram a CE. O consumo dessa classe de medicamento sofreu impacto devido ao cenário atual da pandemia pelo vírus SARS-CoV-2 (COVID 19), que contribuiu para o distanciamento físico entre as pessoas, visto que uma das medidas restritivas para diminuir a transmissão do vírus é evitar o contato físico, que reduziu diretamente a frequência de interações sociais, relações afetivas e por consequência relações sexuais (Ibarra et al., 2020).

Com relação às características dos voluntários, a tabela acima mostra os resultados obtidos a partir dos questionários aplicados sobre as variáveis independentes e demonstram que 69% são mulheres e 31% homens. Esses dados indicam a predominância de participantes mulheres na pesquisa, confirmando a maior procura pela CE pelo público feminino que é usuária do produto. A idade média entre as voluntárias é de 28 anos com o desvio padrão de 8 anos e entre os voluntários idade média de 31 anos e desvio padrão de 6,7. Esses dados corroboram com os apresentados por Fonteles et al. (2016), onde a maioria dos entrevistados que utilizaram o método estava na faixa de 19 – 47 anos, ou seja, trata-se da faixa de jovens adultos. O Estado civil feminino é de 55,6% solteiras, 38,8% casadas e 5,6% divorciadas, enquanto o masculino é de 75% solteiros, 25% casados e nenhum divorciado. Uma possível justificativa para essa predominância de solteiros pode estar relacionada ao fato de que nesta condição desenvolvem-se relações afetivas mais intensas e casuais.

A escolaridade dos voluntários foi questionada para o entendimento do grau de instrução, obteve-se que 12,5% dos homens concluíram o ensino fundamental e 25% concluíram até o ensino médio, já entre as mulheres, 83,3% finalizaram a

vida escolar até o ensino médio, enquanto às demais 11,1% ingressaram na faculdade e 5,6% o concluíram. Por fim, 12,5% dos homens ingressaram na universidade, mas não concluíram. Estes dados justificam que este público possui mulheres com grau escolar mais elevado do que os homens.

Durante a entrevista notou-se timidez por parte de algumas voluntárias ao serem abordadas sobre o assunto, visto que a CE ainda está atrelada ao tabu na sociedade, como explica Paiva e Brandão (2017) o uso do método têm influência especialmente por parte de usuárias de baixa renda, por reforçarem o estereótipo de que são as mais favoráveis a sexualidade desenfreada e de início precoce. Essa relação é somada quando a mulher está do outro lado do balcão e não consegue pedir a pílula sem estar aparentemente envergonhada enquanto para os homens é de maneira livre de qualquer pré-julgamento. A justificativa dos homens voluntários era ter pressa no momento da aquisição para algum outro compromisso, optando assim por não participarem da pesquisa e não por acanhamento.

3.2 Incidência de uso

Figura 1 — Quantas vezes que mulheres recorreram à CE em suas vidas.



Fonte: Autores (2021).

Figura 2 — Quantas vezes que homens recorreram à CE em suas vidas.



Fonte: Autores (2021).

Como exposto nas Figuras 1 e 2, a incidência do uso da contracepção de emergência entre as mulheres abordadas, 16,7% relataram ter utilizado a pílula pelo menos uma vez em suas vidas após o início da prática sexual, 27,8% duas vezes, 16,7% três vezes, 33,3% mais de três vezes e 5,6% não responderam. Já entre os homens, 37,5% informaram ter adquirido pelo menos uma vez, 12,5% duas vezes, 25% três vezes e 25% não responderam. Verifica-se que a maioria das voluntárias, se recordam de adquirir ou utilizar a pílula pelo menos de duas a mais de três vezes durante a vida e os homens entre os que responderam, de uma a três vezes.

Figura 3 — Quantas vezes as mulheres recorreram à CE nos últimos 6 meses.



Fonte: Autores (2021).

Figura 4 — Quantas vezes os homens recorreram à CE nos últimos 6 meses.

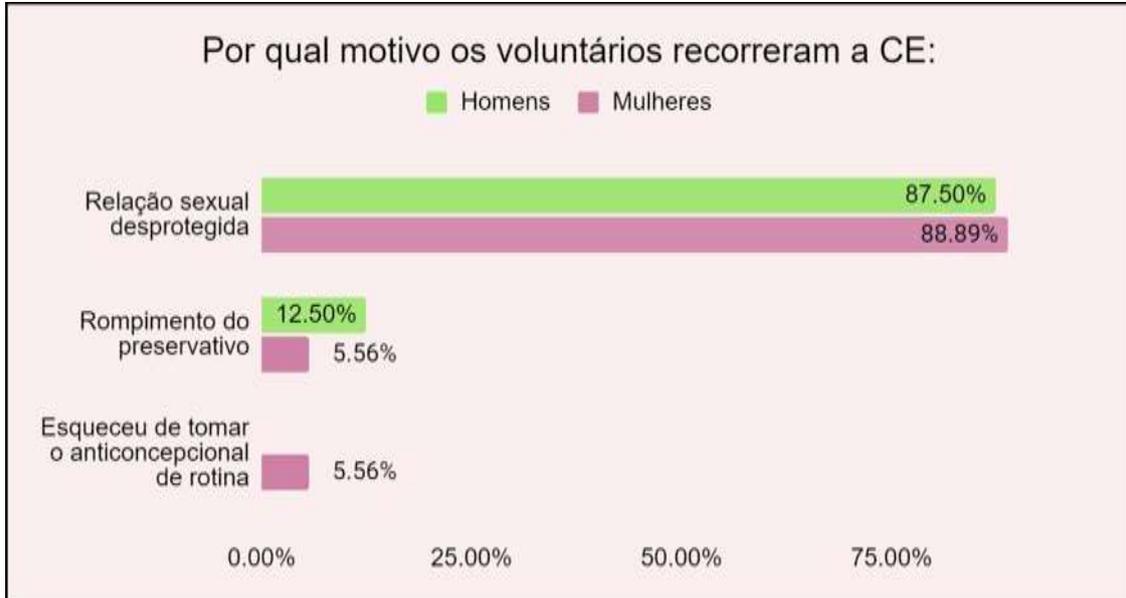


Fonte: Autores (2021).

Em relação à aquisição nos últimos seis meses (Figura 3 e 4), 27,8% das mulheres informaram que nenhuma vez, 33,3% fizeram o uso da pílula ao menos uma vez, 22,2% duas vezes, 5,6% três vezes, 11,1% mais de três vezes. Comparado ao estudo de Lima et al. (2020), que incluiu voluntárias universitárias do Centro Universitário Campos de Andrade, observa-se que no período estipulado dos últimos 12 meses, a maior porcentagem entre as mulheres que utilizaram a pílula foi de pelo menos uma a duas vezes, em segundo lugar apenas 2%, que relataram utilizar de três a cinco vezes, diferente da maior incidência constatada neste artigo, que em um período mais curto demonstrou porcentagem maior se tratando de três vezes ou mais. Com relação aos homens, 25% indicaram ter adquirido pelo menos uma vez a CE, 12,5% duas vezes, 25% três vezes, 25% mais de três vezes e 12,5% nenhuma vez, indicando predominância maior, de três vezes ou mais com metade dos voluntários. Percebe-se a procura mais elevada pelo perfil de voluntários específico neste artigo, o que pode ter relação com o grau de instrução mais baixo comparado às universitárias participantes do estudo citado, dentre os voluntários, homens e mulheres deste estudo prevaleceu o grau de instrução até o ensino médio concluído. Quando os voluntários homens foram indagados para quem a pílula se destinaria, 50% informaram adquirir para sua parceira sexual, enquanto 25% para algum familiar e 25% não responderam.

3.3 Motivo da procura

Figura 5 — Quais os motivos do uso da CE informado pelos voluntários.



Fonte: Autores (2021).

Um dado alarmante constatado durante a pesquisa, está relacionado ao motivo da utilização ou aquisição da pílula (Figura 5) notou-se que 88,8% das mulheres e 87,5% dos homens buscaram a CE devido à relação sexual desprotegida, bem como apontado por Gimny et al. (2020), que em sua pesquisa informou que 45% das voluntárias acadêmicas dos cursos de saúde do Centro Universitário Vale do Iguaçu, sendo este número a maioria, buscaram a pílula pelo mesmo motivo, portanto, a procura pela CE ainda é elevada apesar das variedades de métodos contraceptivos disponíveis (utilizados antes ou durante o ato sexual) não há preocupação com a utilização e possíveis oportunidades de contrair infecções sexualmente transmissíveis (IST's). Segundo Nascimento et al. (2017), uma das explicações dadas para o desuso em relação ao método do preservativo é que muitos usuários possuem parceiro fixo e confiam nos mesmos, entretanto como informado pelas bulas relacionadas ao CE, é advertido que o medicamento não protege contra nenhuma categoria de IST, das quais são consideradas um problema de saúde pública. Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS) de 2009 a 2016 estimou-se um total de 376,4 milhões de casos de IST's considerados tratáveis 127,2 milhões se tratava de clamídia, 86,9 milhões gonorreia, 156,0 milhões tricomoníase e 6,3 milhões sífilis (Rowley et al., 2019). Portanto, devem ser tratadas com importância por impactarem diretamente a saúde reprodutiva masculina e feminina (incluindo complicações na gravidez, parto e pós parto). (Ministério da Saúde, 2020).

As demais, 5,5% das mulheres avaliadas neste estudo e 12,5% dos homens, informaram adquirir ou utilizar o contraceptivo pelo motivo do rompimento do preservativo e 5,5% das mulheres informaram utilizar por esquecimento de tomar o anticoncepcional de rotina.

3.4 Meios de obtenção

Figura 6 — Apresenta os meios informados pelos voluntários utilizados para conhecimento e obtenção da CE.



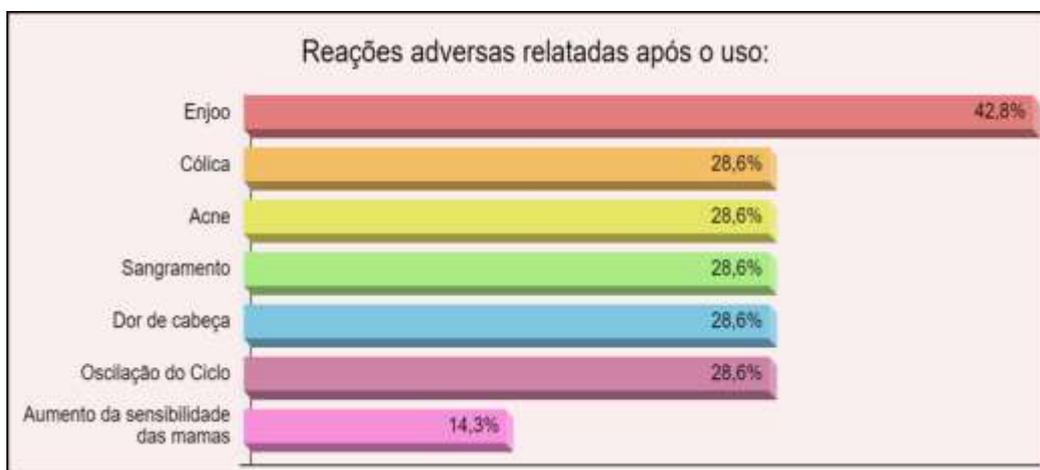
Fonte: Autores (2021).

Ressalta-se que na Figura 6 que 33,3% das mulheres e 75% dos homens, que procuraram a pílula do dia seguinte, recorreram à orientação farmacêutica. Os demais meios de conhecimento entre as mulheres são: (16,7%) indicação de um amigo, (22,2%) parceiro sexual, (11,1%) familiares, (5,5%) serviço público, (5,5%) pesquisa na *internet* e (5,5%) não responderam. Já entre os homens: (12,5%) por amigo e (12,5%) recomendação da parceira sexual. De acordo com estudos realizados por Vieira et al. (2016) a busca pela CE pelos adolescentes analisados, entre 13 – 19 anos, demonstrou o contrário, o meio menos procurado por orientação foi por profissional farmacêutico, com 16,75% dos voluntários e o mais procurado foi a *internet* com 45,93%, pois o acesso ao espaço virtual pelos adolescentes atualmente é mais comumente utilizado para sanar dúvidas em geral do que pela população jovem adulta.

A pesquisa de campo evidencia a conexão da drogaria de bairro com seus usuários, pois são localizadas próximo à residência dos mesmos. Os funcionários e o próprio profissional farmacêutico conhece os familiares dos frequentadores criando um vínculo de confiança e se torna referência, já que a drogaria é um estabelecimento de saúde para retirar eventuais dúvidas sobre o uso de medicamentos ou algo relacionado a saúde em geral, o que justifica a alta procura pela orientação farmacêutica, visto que não foram encontrados estudos específicos para este contexto.

3.5 Reações adversas

Figura 7 — Reações adversas apresentadas após o uso da CE:



Fonte: Autores (2021).

O uso de cada medicamento dependendo da sua forma de administração, dosagem ou frequência de uso, pode desencadear um efeito indesejável ou intolerável à saúde (ANVISA). Conforme Braga (2016), a CE tem o papel principal de impedir uma possível gravidez a mulheres após uma relação sexual desprotegida, porém esse método possui vantagens e desvantagens, destacando-se assim, o cuidado e a importância de realizar o uso racional da pílula, visto que a quantidade hormonal ingerida é muito elevada, pode causar no organismo feminino efeitos colaterais e eventos adversos como: náuseas, vômitos, alterações no volume ou duração do fluxo menstrual, dor de cabeça, tontura, sensibilidade mamária, aparecimento de acne e até mesmo alguns efeitos mais graves como trombose.

Dentre as 18 mulheres entrevistadas, 38,8% relataram ter apresentado pelo menos um efeito adverso após a administração da CE, sendo 42,8% enjoo, 28,5% cólica, aparecimento de acnes, sangramento, oscilação no ciclo menstrual, cefaleia e 14,2% sensibilidade mamária. (Figura 7).

As voluntárias não tiveram um efeito adverso significativo que tenha se destacado, o que corrobora com o estudo de Gimny et al. (2020), que também prevaleceram os mesmos efeitos. Entretanto, ressalta-se a necessidade que o uso frequente desse método, pode comprometer sua efetividade e assim diminuir seu efeito no organismo (Arêas et al., 2021).

Segundo Siqueira et al. (2018) o papel do farmacêutico presente ao nível ambulatorial em drogarias é essencial na segurança do paciente para identificar possíveis reações adversas e para promover o uso racional dos medicamentos.

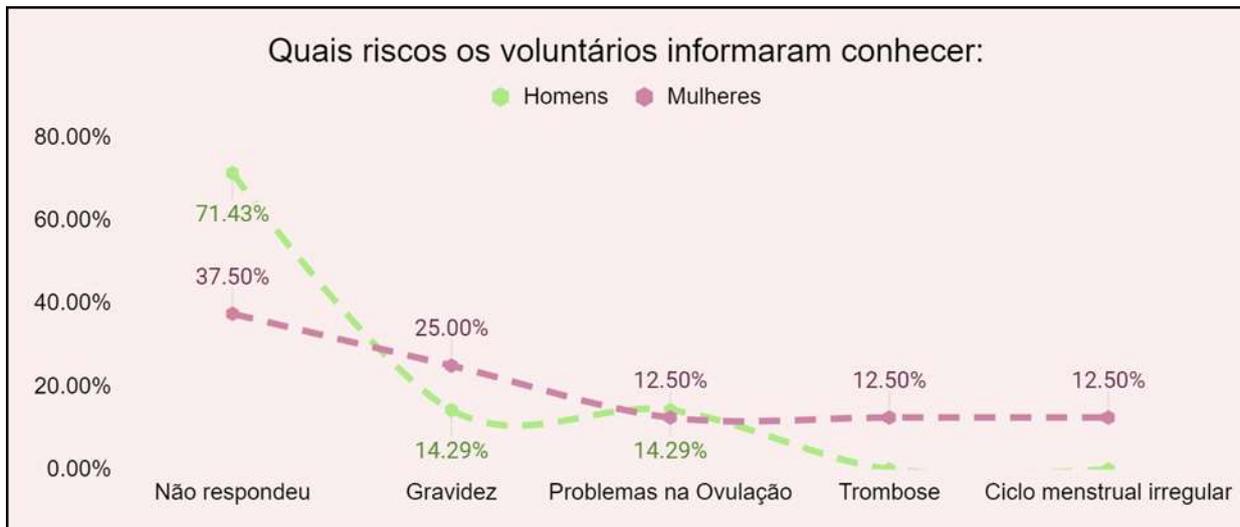
Portela (2015), explica que caso após o uso da CE a usuária apresentar vômito é recomendado que em até 2 horas a mulher administre outra pílula e caso ultrapasse esse tempo não há necessidade de outra tomada. Essa orientação é importante já que a própria utilização da contracepção de emergência pode provocar efeitos indesejáveis prescritos em bula, assim como a sensação de enjoo que prevaleceu entre as respostas deste estudo. Demais reações adversas são citadas como: diarreia, retenção de líquido, fadiga e dores abdominais. Outra informação prevista se refere às contra indicações: mulheres que possuem diferentes parceiros sexuais, histórico de doença no fígado ao nível alto, doenças que interferem na circulação sanguínea, câncer de mama, distúrbios relacionados a porfirina, pressão intracraniana alta sem causa determinada, risco de sangramento, complicações que possam interferir nas possibilidades de adquirir infecções bacterianas e possuem alergia à substância composta na pílula. Mulheres com histórico de diabetes, enxaquecas ou doenças vasculares devem se atentar ao uso. A proibição é recomendada em caso de suspeita de gravidez.

3.6 Conhecimento sobre os métodos contraceptivos

Figuras 8 e 9 — Demonstram a quantidade de voluntários que informaram ter conhecimento dos riscos relacionados ao uso inadequado da CE, seguido dos riscos citados como exemplo pelos mesmos:



Fonte: Autores (2021).



Fonte: Autores (2021).

Para avaliar o conhecimento da população com relação a CE, três questionamentos foram levantados aos voluntários: o primeiro se trata do período máximo em que deve ser ingerida para surtir efeito, cujas respostas apresentadas pelos homens foram: 75% acreditam que a pílula deve ser administrada em até 24 horas e 25% informou em até 72 horas. Já entre as mulheres: 50% informaram 24 horas, 44,4% em 72 horas e 5,6% não responderam à questão. Conforme apresentado no estudo de Vargas et al. (2017), a população voluntária de perfil universitário do curso da saúde também acredita que a pílula deve ser utilizada em curto tempo após o ato sexual, resposta positiva visto que quanto mais próximo à administração da pílula for efetuada, maior eficácia a contracepção irá possuir. Conforme indicado em Bula, deve ser ingerida em até 72 horas após a relação sexual, entretanto com os dados obtidos, observou-se que esse período foi apontado pela minoria dos voluntários.

O segundo se trata do conhecimento sobre os riscos relacionados ao uso inadequado (figuras 8 e 9), onde a maioria das voluntárias da pesquisa de campo quando entrevistadas, informaram que não possuíam conhecimento sobre os possíveis

riscos 55,5%, as demais 25% mencionaram risco de engravidar, 12,5% trombose, 12,5% problemas na ovulação e 12,5% ciclo menstrual irregular e 37,5% não responderam. Entre os voluntários homens, 87,5% relataram ter conhecimento dos riscos, mas quando questionados quais conheciam, apenas 28,2% descreveram risco de gravidez e problemas na ovulação. Percebe-se que a população estudada tem pouco conhecimento sobre os riscos que o uso irracional pode causar, entre as mulheres os números se mostraram mais equilibrados mesmo prevalecendo o não conhecimento, contudo apesar dos homens responderam que conhecem, poucos souberam confirmar este dado na pergunta conduzida a seguir em questionário.

O terceiro questionamento foi referente ao conhecimento dos voluntários sobre os diversos métodos contraceptivos disponíveis e se em algum momento já foi considerado como opção. Verificou-se que 70% das mulheres conhecem o preservativo, em contrapartida, metade dos homens relataram que não conhecem esse método, um dado preocupante que revisitou a necessidade de realçar a importância da educação sexual e como esse assunto deve ser tratado em conjunto entre família e escola (Arêas et al., 2021).

O conhecimento sobre os demais métodos ficou dividido da seguinte forma:

Tabela 2 — Distribuição da quantidade de homens e mulheres que informaram conhecer os demais métodos contraceptivos.

Homens		Mulheres	
Métodos conhecidos	Voluntários (n)	Métodos conhecidos	Voluntários (n)
Preservativo	4	Preservativo	14
Anticoncepcional oral	3	Anticoncepcional oral	13
Anticoncepcional Injetável	2	Anticoncepcional Injetável	11
DIU	2	DIU	8
Tabelinha	1	Tabelinha	4
Cirúrgico	1	Cirúrgico	4
Implante Subcutâneo	1	Implante Subcutâneo	2
Anel Vaginal	1	Anel Vaginal	2
Adesivo Transdérmico	0	Adesivo Transdérmico	2

Fonte: Autores (2021).

Conforme Tabela 2 o nível de instrução está positivamente associado com um maior conhecimento das mulheres em relação aos métodos contraceptivos, já que no presente estudo as mulheres estão em discrepância mais familiarizadas que os homens. Há uma grande lacuna no acesso de homens em todas as idades a informações e serviços relacionados aos contraceptivos, levando a uma diferença significativa entre o conhecimento masculino e feminino. (Hardee et al., 2017).

Ao final de cada questionário para mulheres, buscou-se confirmar a frequência do cuidado à saúde da região íntima com as idas ao médico, constatado em pesquisa, que 61% das mulheres realizam consultas frequentemente com ginecologista, enquanto 28% não realizam e 11% não responderam. Dentre as 28% que relataram não realizar a consulta, apontaram como justificativa a falta de tempo (40%), vergonha (20%), dificuldades em marcar a consulta devido à pandemia (20%), dificuldade de acesso aos serviços de saúde públicos e desinteresse pelas próprias voluntárias (20%). Esses dados demonstram uma possível correlação com a predominância da procura da orientação farmacêutica no momento de aquisição da pílula. Da mesma maneira descreve Cyrino et al. (2020) que as principais dificuldades enfrentadas para a realização de acompanhamento ginecológico pelas acadêmicas dos cursos da área de saúde em seu estudo foram respectivamente: falta de tempo (24,21%), vergonha (14%), dificuldade de acesso (12,63%), inexistência de vida sexual ativa (9,56%) e escassez do hábito de consultas periódicas (4,84%). Os dados fortalecem a importância do acompanhamento por um profissional, pois somente ele pode orientar sobre a escolha dos métodos contraceptivos adequados ao perfil do paciente, planejamento familiar, prevenção de IST

's, exames preventivos, entre outros. Contudo, as mulheres buscam as consultas apenas quando já estão com alguma manifestação clínica.

4. Considerações Finais

O presente estudo foi realizado durante a pandemia de COVID-19, sendo assim, o número final de voluntários que participaram foi menor do que o esperado, uma vez que os encontros casuais entre as pessoas foram evitados. Outros fatores que influenciaram foram que as pessoas afirmavam ter pouco tempo disponível para responderem ao questionário, além do que, os voluntários tinham dificuldades de abordar o tema, apresentavam um certo pudor ao comentar a respeito de métodos de CE. Entre os dados obtidos destaca-se que a população periférica possui conhecimentos mínimos com relação ao uso da pílula, mas ainda de maneira escassa. A indicação de uso é especificamente voltada a situações emergenciais, entretanto, ainda prevalece a procura da CE como método preventivo rotineiro, tendo como maior justificativa as relações sexuais desprotegidas, pois a pílula está correlacionada a busca pela solução imediata, praticidade de uso e o aparecimento de reações adversas pouco significativas.

O conhecimento escasso sobre a educação sexual impacta diretamente a maneira de uso da população com relação aos contraceptivos, o que realça a importância de introduzir discussões relacionadas entre as escolas e ambiente familiar, assim como promover campanhas educativas em ambientes de assistência primária à saúde, para disseminar a informação correta sobre assunto, que é bem restritivo e pouco abordado.

Os farmacêuticos no estabelecimento de saúde devem orientar esse público em relação ao uso racional da CE, reforçar a importância dos meios preventivos e acompanhamento médico não somente para o controle de futuras gestações, mas também sobre as IST's, já que os usuários têm essa visão de alto grau de confiança e confortabilidade referente ambiente de drogaria periférico.

Durante a construção deste documento, houve dificuldade de encontrar estudos comparativos sobre esta população específica na literatura. Para que soluções possam ser encontradas é necessário entender o perfil dos usuários, o contexto da aquisição e assim providenciar suporte às suas necessidades, para isso mais estudos como este devem ser realizados, tornando este, apenas o início para esta contribuição.

4.1 Limitações do estudo

Este estudo apresentou algumas limitações durante a preparação para o ambiente de pesquisa, entre elas não foi possível acordar com outras drogarias a implantação do questionário além das localizadas nos bairros Cohab Raposo Tavares e Vila Élide. Inicialmente pretendia-se utilizar como local de pesquisa no mínimo três drogarias, cada uma com a presença de uma pesquisadora integrante, entretanto alguns farmacêuticos hesitaram em assinar de imediato o termo de aceite que deveria ser enviado ao Comitê de Ética antes do início da pesquisa, dentro do cronograma previsto do projeto, assim foi preciso tomar a decisão de excluir a terceira drogaria e prosseguir somente com as duas garantidas, intercalando as pesquisadoras por escala.

O projeto incluiu entrevista presencial no momento da dispensação do contraceptivo de emergência e devido o momento atual da pandemia pelo Coronavírus (COVID-19) e pela estação do ano presente ser o inverno (julho e agosto de 2021), houve diminuição significativa nos encontros sexuais entre as pessoas e na busca pela CE nas drogarias, o que interferiu no número final de voluntários deste estudo. Outro fator determinante de limitação foi que a maioria dos voluntários abordados do sexo masculino estava com pressa e dizia que o motivo da não participação era porque tinha outro compromisso mais urgente.

Com relação à literatura utilizada no desenvolvimento deste artigo, notou-se dificuldade para encontrar estudos que tratassem desta mesma população específica para comparação dos resultados. Entre os voluntários presentes nos estudos encontrados, houve predominância dos usuários de perfil adolescente ou universitário em geral, mas nunca pertencentes a região de periferia. Poucos estudos correlacionados ao sexo masculino foram encontrados, já que as mulheres são o público alvo do medicamento, o que dificultou o entendimento da perspectiva do homem em relação à aquisição da CE.

4.2 Implicações clínicas

Ao final da realização das entrevistas para pesquisa de campo, os voluntários receberam um folheto informativo onde foram abordadas as principais dúvidas referentes ao uso da pílula e as suas possíveis implicações clínicas, das quais estão relacionadas ao uso irracional da CE com finalidade de evitar seus possíveis eventos adversos entre as usuárias, já em relação aos homens a necessidade era voltada a orientação quanto ao risco de transmissão de alguma IST, devido à relação sexual desprotegida. Por ser um método que deve ser utilizado em situações de emergência, sentiu-se a necessidade de esclarecer no mesmo documento sobre os demais métodos contraceptivos encontrados no mercado que podem ser utilizados de forma rotineira, descrevendo brevemente sua definição, classificação, forma de uso e ação no corpo.

Referências

- Acácio, A. J. M., Magalhães, E. P., & Sampaio, T. L. (2018). Contraceptivos de Emergência — Avaliação do nove de informação de clientes de uma farmácia em Fortaleza: o nível de informação acerca de contraceptivos de emergência. *Revista Diálogos Acadêmicos*. <http://revista.fametro.com.br/index.php/RDA/article/download/191/192>
- Arêas, I. M. R. L., Almeida, S. R., & Gonçalves G. F. (2021). Dificuldades na abordagem da pílula contraceptiva de emergência por docentes de Biologia do Ensino Médio do município de Campos dos Goytacazes/RJ. *Research, Society and Development*. <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/12768/11641/169641>
- Braga, A. P. C., & Souza, A. C. (2016). Efeito do uso da Contracepção de Emergência: Revisão de Literatura. *Biomedicina da Faculdade de Ciências da Educação e Saúde — FACES*. <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/9031/1/21302854.pdf>
- Brasil. (2012). Ministério da Saúde. Conselho Nacional da Saúde. Resolução n.º 466, de 12 de dezembro de 2012. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html
- Brasil. (2006). Resolução Conselho Federal de Medicina n.º 1.811/2006, de 17 de janeiro de 2007. http://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/2006/1811_2006.pdf
- Brasil. (2020). Ministério da Saúde. Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para atenção integral às pessoas com infecções sexualmente transmissíveis (IST). Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. http://www.aids.gov.br/system/tdf/pub/2016/57800/pcdt_ist_final_revisado_020420.pdf?file=1&type=node&id=57800&force=1
- Brito, A. J. (2020). Conhecimento de universitários da área de saúde acerca do uso de contracepção de emergência (CE). *Faculdade Maria Milza*. <http://famamportal.com.br:8082/jspui/bitstream/123456789/1875/1/Farm%C3%A1cia%20-%20ALINE%20DE%20JESUS%20BRITO.pdf>
- Bulamed. (2021). Levonorgestrel: Medicamento Genérico. *BulasMed — Referências completas de medicamentos (online)*. <https://www.bulas.med.br/p/bulas-de-%20medicamentos/bula/1374028/levonorgestrel+comprimido+1+5+mg.htm>
- Cavalcante, M. S., Soares, M. A., Feijó, C. M., & Fonteles, M. M. F. (2016). Perfil de utilização de anticoncepcional de emergência em serviços de atendimento farmacêutico de uma rede de farmácias comunitárias. *Revista Eletrônica de Farmácia*. <https://www.revistas.ufg.br/REF/article/view/37756/pdf>
- Cyrino, L. S., Marques, I. C., Araújo, L. M. B., Gil, F. R., & Nunes, M. R. (2020). Fatores que influenciam o acompanhamento ginecológico: percepções das acadêmicas dos cursos da área da saúde. *Revista Médica de Minas Gerais*. <http://dx.doi.org/10.5935/2238-3182.20200059>
- Figueiredo, R., Borges, A. L. V., & Paula, S. H. B. (2016). Panorama da Contracepção de Emergência no Brasil. *Temas em saúde coletiva* (volume 21). Instituto de Saúde http://www.ee.usp.br/divulga/2016/panorama_contracepcao.pdf
- Gimny, F. B., Kazmierczak, S., & Ferreira, E. (2020). Avaliação da incidência do uso de contraceptivos orais de emergência em acadêmicas dos cursos de saúde o centro universitário Vale do Iguaçu — Uniguaçu. *Revista Renovare de Saúde e Meio Ambiente*. <http://book.uniguacu.edu.br/index.php/renovare/issue/view/84/96>
- Hardee, K., Galis, M. C., & Gay, J. (2017). Are men well served by family planning programs? *Reproductive Health*. <https://reproductive-health-journal.biomedcentral.com/track/pdf/10.1186/s12978-017-0278-5.pdf>
- Ibarra, F. P., Mehrad, M. Mauro, M. D. Godoy, M. F. P., Cruz, E. G., Nilforoushadeh, M. A., & Russo, G. I. (2020). Impact of the COVID-19 pandemic on the sexual behavior of the population. The vision of the east and the west. *INT BRAZ J UROL*: <https://doi.org/10.1590/S1677-5538.IBJU.2020.S116>

- Lacerda, J. O. S., Portela, F. S., & Marques, M. S. (2019). O Uso Indiscriminado da Anticoncepção de Emergência: Uma Revisão Sistemática da Literatura (43 nd ed., Vol. 13, p. 379-386). *Revista Multidisciplinar e de Psicologia*. <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/download/1541/2275>
- Lima, F. C. F., Silva, L. C. M., & Adami, E. R. (2020). Uso de contraceptivos de emergência por universitárias da área da saúde do curso de farmácia (2nd ed., Vol. 21, p. 82-88). *Revista Uniandrade*. <https://revista.uniandrade.br/index.php/revistauniandrade/article/download/1317/1206>
- Matsuoka, J. S., & Giotto, A. C. (2019). Contraceptivo de emergência, sua funcionalidade e a atenção farmacêutica na garantia da sua eficácia. *Revista de Iniciação Científica e Extensão*. <https://revistasfasesa.senaaires.com.br/index.php/iniciacao-cientifica/article/view/250/191>
- Nascimento, E. G. C., Cavalcanti, F. A. M., & Alchieri, J. C. (2017). Adesão ao uso da camisinha: a realidade comportamental no interior do nordeste do Brasil. *Revista de Salud Pública*. <https://doi.org/10.15446/rsap.v19n1.44544>
- Oliveira, J. C. (2018). Tromboembolismo venoso associado ao uso de anticoncepcionais orais combinados: uma revisão da literatura. *Universidade de São Paulo*. <https://doi.org/10.1590/1677-5449.190148>
- Olsen, J. M., Lago, T. G., Kalckmann S., Alves M. C. G. P., & Escuder, M. M. L. (2018). Práticas contraceptivas de mulheres jovens: inquérito domiciliar no Município de São Paulo, Brasil. *Caderno de Saúde Pública (Online)*. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00019617>
- Paiva, S. P., & Brandão, E. R. (2017). Silêncio e vergonha: contracepção de emergência em drogaria do Rio de Janeiro. *Estudos Feministas*. <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n2p617>
- Portela, C. G. (2015). Uso indiscriminado da pílula do dia seguinte. *FAEMA Faculdade de educação e meio ambiente*. <http://repositorio.faela.edu.br/handle/123456789/395>
- Rowley J, Hoorn, S. V., Korenromp E., Low N., Umeno M., AbuRaddad L. J., & Taylor, M. M. (2019). Chlamydia, gonorrhoea, trichomoniasis and syphilis: global prevalence and incidence estimates, 2016. *Bull World Health Organ*: <http://dx.doi.org/10.2471/BLT.18.228486>
- Silva, R. S., & Fusco, C. L. B. (2016). Comportamento do aborto induzido entre jovens em situação de pobreza de ambos os sexos – Favela México 70, Brasil, 2013. Departamento de Medicina Preventiva, Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). *Sociedade Brasileira de Reprodução Humana*. <https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S1413208715000771?token=BF2CDE4365BEB76FE82EC96B2F5DFBC9789C3364C31011B7365F2C7EBB56ABF7352F335441632AE98F78EBCC9E5F3A13&originRegion=us-east-1&originCreation=20210907223859>. <https://doi.org/10.1016/j.recli.2015.12.001>
- Siqueira, R. M. P., Andrade S. M. B., Cardoso L. M. L., & Cavalcante A. L. C. A. (2018). A participação do farmacêutico na identificação ou monitoramento de reações adversas a medicamentos no Brasil: uma revisão integrativa. *Essentia Revista de Cultura, Ciência e Tecnologia (Sobral)*. <https://essentia.uvanet.br/index.php/ESSENTIA/article/view/172/142>
- Vargas, A. C., Paula E. L. P., Pisso, P. S., Mendes, A. B., Baptista, V. J., Antunes, M. D., & Bortolozzi F. (2017). Uso indiscriminado de contraceptivo de emergência por universitárias no norte do Paraná. *Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research*. https://www.mastereditora.com.br/periodico/20170905_173910.pdf
- Vieira, E. L., Pessoa G. R. S., Vieira L. L., Carvalho W. R. C. C., & Firmo W. C. A. (2016). Uso e conhecimento sobre métodos contraceptivos de estudantes da rede de ensino pública e privada do município de Bacabal-MA. *Revista Científica do ITPAC*. https://assets.unitpac.com.br/arquivos/Revista/78/Artigo_10.pdf